



**SindBancários**  
PETRÓPOLIS/RJ

**Dia a Dia**

www.sindbancariospetropolis.com.br

**SEJA  
SÓCIO  
VOCÊ  
TAMBÉM**

**CUT** BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

f /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

*Ano XVI nº 4566 – 05 de abril de 2013*

## **Funcionários do Itaú Unibanco e Bradesco definem lutas para negociações por banco**

Terminou ontem, dia 04/04, os encontros nacionais dos dirigentes sindicais do Itaú Unibanco e do Bradesco. Desde a última terça-feira (02/04), os participantes debateram temas importantes, como conjuntura, emprego e condições de trabalho. Também definiram as pautas específicas de reivindicações dos trabalhadores dos dois bancos privados, bem como as estratégias para intensificar a mobilização, focando as negociações permanentes na busca de ampliar os avanços e as conquistas dos bancários.

Os funcionários do Itaú Unibanco, aprovaram uma pauta específica de reivindicações que será entregue dentro de 15 dias para a direção do banco. Será lançada uma campanha nacional pelo fim das demissões e da rotatividade, pela defesa do emprego, pela valorização dos funcionários e pela luta por uma previdência complementar para todos os funcionários.

Os trabalhadores do Bradesco aprovaram temas essenciais ao emprego, remuneração, saúde, condições de trabalho, entre outras importantes questões que passam por novos temas que serão levados à mesa de negociação.

A realização do Encontro Nacional, em um novo formato a partir dos encontros estaduais, permitiu que fosse realizada uma melhor identificação dos problemas específicos em âmbito nacional, pois muitos problemas estão acumulados devido à falta de solução do banco. Os diretores do Sindicato, Geraldo Luiz de Oliveira e Luiz Claudio Rocha (Itaú Unibanco) e Luis Claudio Rosa (Bradesco), participaram dos encontros.

## **PL que precariza emprego avança na Câmara**

O projeto de lei 4.330/2004 do empresário e deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), que amplia a terceirização, recebeu na última terça-feira 02/04, parecer favorável do relator, deputado federal Arthur Maia (PMDB/BA), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara. Para ser aprovado, o parecer precisa passar pela votação dos demais parlamentares que compõem a CCJC.

o PL 4.330 é a estratégia dos empresários para precarizar os direitos trabalhistas pelas vias legais. É um retrocesso para os trabalhadores, na medida em que aumenta a possibilidade dos empresários terceirizarem cada vez mais os serviços.

E os trabalhadores, principalmente os bancários, sabem bem o que significa a terceirização; realização do mesmo serviço dos bancários, mas com jornada maior, além de ganharem menos e não usufruírem de nenhum dos direitos conquistados por décadas de luta da categoria.

Os bancos, que têm lucros bilionários, terceirizam para gastar menos com pessoal. O que para o bancário pode parecer uma solução para seu volume de serviços, na verdade é uma ameaça a seu emprego.



## **Santander “enrola” no Fórum de Saúde e Condições de Trabalho**

Terminou sem avanços, na última quarta-feira (03/04), o Fórum de Saúde e Condições de Trabalho do Santander, em São Paulo. Os representantes do banco enrolaram mais uma vez e não atenderam as demandas encaminhadas para garantir um ambiente saudável de trabalho e evitar o adoecimento de trabalhadores.

Uma das principais reivindicações discutidas foi o fim das metas abusivas que são impostas aos funcionários. Essa é uma medida essencial para combater o assédio moral e o adoecimento de trabalhadores que sofrem diariamente com essa pressão. Também foi reivindicado a instalação na segunda quinzena de abril, de um grupo de trabalho para discutir a implantação de um programa de reabilitação profissional, previsto desde 2009 na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários.

O Santander negou também a proposta das entidades sindicais de fazer uma pesquisa acerca da saúde e das condições de trabalho dos funcionários em todo o país. Nem mesmo as recomendações da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), sobre a necessidade de "realização conjunta de consultas e cooperação" e "o acesso a informações necessárias para negociações significativas sobre as condições de trabalho" sensibilizaram o banco.